


Use or enjoyment by individuals or legal entities of public good granted to the private sector: the contract for concession use of the Marina da Glória Complex in Rio de Janeiro City.

 rdai.com.br/index.php/rdai/article/view/rdai21saddy

RDAI | *Journal
Public Law and
Infrastructure*

Uso ou fruição por Pessoa Física ou Jurídica de bem público concedido à iniciativa privada: o contrato de concessão de uso do Complexo Marina da Glória na Cidade do Rio de Janeiro

Authors

André Saddy Universidade Federal Fluminense (Niterói, Rio de Janeiro, Brasil) 
<https://orcid.org/0000-0002-3928-0658>

DOI:

<https://doi.org/10.48143/rdai.21.saddy>

Keywords:

Concession, public good, common use, assumption, Marina da Gloria complex


Abstract

The article aims to analyse the obligation to carry out a contract for leasing a space for vessels, in an onerous manner, with an individual or legal entity belonging to the concessionaire for the use of public goods at the Marina da Glória complex, located in the city of Rio de Janeiro. In view of the assumptions of public goods of generality and equality, it is concluded that the concessionaire cannot refuse to sign a lease contract with anyone who seeks it if there is availability and compatibility for such. Any refusal to service, in addition to characterizing a diversion of purpose, due to improper use of the public good by the concessionaire, may be treated as a discriminatory condition, in addition to being characterized as criminal conduct.

Received: Dec. 4th, 2021 | Approved: Feb. 10th, 2022

Author Biography

André Saddy, Universidade Federal Fluminense (Niterói, Rio de Janeiro, Brasil)

Professor de direito administrativo da Faculdade de Direito, do Mestrado em Direito Constitucional e do Doutorado em Direitos, Instituições e Negócios da Universidade Federal Fluminense (UFF) e do Departamento de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). É Doutor Europeu em “Problemas actuales de Derecho Administrativo” pela Facultad de Derecho da Universidad Complutense de Madrid, com apoio da Becas Complutense Predoctorales en España, cursou Pós-Doutorado no Centre for Socio-Legal Studies da Faculty of Law da University of Oxford. Mestre em Administração Pública pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, com apoio do Programa Alban, Programa de Bolsas de Alto Nível da União Europeia para América Latina. Tem pós-graduação em Regulação Pública e Concorrência pelo Centro de Estudos de Direito Público e Regulação (CEDIPRE) da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. É membro consultor da Comissão Especial de Direito Administrativo do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (CFOAB); Vice-Presidente do Instituto de Direito Administrativo do Rio de Janeiro (IDARJ); membro fundadores do Instituto de Direito Administrativo Sancionador (IDASAN); Diretor-Presidente do Centro de Estudos Empírico Jurídico (CEEJ); Idealizador e Coordenador do Grupo de Pesquisa, Ensino e Extensão em Direito Administrativo Contemporâneo (GDAC); Sócio fundador do escritório Saddy Advogados, consultor e parecerista. E-mail: andresaddy@yahoo.com.br |  [0000-0002-3928-0658](https://orcid.org/0000-0002-3928-0658)

References

- AMARAL, Diogo Freitas do. A utilização do domínio público pelos particulares. São Paulo: Juriscredi, 1972.
- AYALA, Bernardo Diniz de. O (Défice de) Controlo Judicial da Margem de Livre Decisão Administrativa. Lisboa: Lex, 1995.
- BRASIL. TRF2. APELREEX 0059982-10.1999.4.02.5101. Oitava Turma Especializada. Rel.: Min.: Guilherme Diefenthaler. Julg.: 16/02/2016.
- DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Uso privativo de bem público por particular. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- DUARTE, David. A norma de legalidade procedimental administrativa: a teoria da norma e a criação de normas de decisão na discricionariedade instrutória. Coimbra: Almedina, 2006.
- MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. 32. ed. São Paulo: Malheiros, 2015.
- ORTEGA, Manuel Segura. Sentido y límites de la discrecionalidad judicial. Madrid: Editorial Universitaria Ramón Areces, 2006.

Downloads

[Artigo PDF \(Português \(Brasil\)\)](#)

Published

2022-05-29

How to Cite

SADDY, A. Use or enjoyment by individuals or legal entities of public good granted to the private sector: the contract for concession use of the Marina da Glória Complex in Rio de Janeiro City.: Uso ou fruição por Pessoa Física ou Jurídica de bem público concedido à iniciativa privada: o contrato de concessão de uso do Complexo Marina da Glória na Cidade do Rio de Janeiro. **Journal of Public Law and Infrastructure | RDAI**, São Paulo: Thomson Reuters | Livraria RT, v. 6, n. 21, p. 117–128, 2022. DOI: 10.48143/rdai.21.saddy. Disponível em: <https://rdai.com.br/index.php/rdai/article/view/rdai21saddy>. Acesso em: 27 jun. 2022.

Issue

[Vol. 6 No. 21 \(2022\)](#)

Section

Intervening State of the Social Order | Intervenção do Estado na Ordem Social

License

Copyright (c) 2022 Journal of Public Law and Infrastructure | RDAI



This work is licensed under a [Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 International License](#).

This journal is licensed by [\(CC BY-NC-ND\)](#).

Submission and publication of articles are free; peer-reviewed; the journal uses CrossCheck (anti-plagiarism); and complies with the COPE Editors' Guide; Committee on Publication Ethics, in addition to the Elsevier and SciELO recommendations.

[Check the Rules for the submission and evaluation of the RDAI.](#)

Most read articles by the same author(s)

- André Saddy, Incumbence of the regulatory administrative activity, Journal of Public Law and Infrastructure | RDAI: Vol. 4 No. 12 (2020).
- André Saddy, Perspectives of infrastructure law with the development of new disruptive (innovations) technologies, Journal of Public Law and Infrastructure | RDAI: Vol. 2 No. 6 (2018).